

22/06/2017 - 05:00

Abrasca antecipa defesa de contrários a reforma do Novo Mercado

Por **Fernando Torres e Thais Carrança**

Às vésperas do fim do prazo para manifestação das empresas sobre a reforma do Novo Mercado e do Nível 2, que termina amanhã, a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) saiu em defesa antecipada das empresas que decidirem votar contra as novidades sugeridas pela B3 (antiga BM&FBovespa).

O resultado ainda é visto como incerto. Para passar, a reforma precisa ser aprovada por dois terços das empresas dos segmentos.

A votação foi organizada com um texto-base para o novo regulamento e com quatro itens tratados de forma separada. Na visão da B3 e de agentes que defendem a reforma, as regras de listagem do Novo Mercado e também do Nível 2 deixaram de ser um diferencial de boa governança nos últimos anos e, por isso, precisam ser atualizadas.

O objetivo da Abrasca é tentar dar conforto às empresas que não concordam com as mudanças, com intuito de tentar evitar que elas fiquem com pecha de "defensoras do atraso".

Na última tentativa de se mudar o regulamento do Novo Mercado, em 2010, quando as principais propostas foram rejeitadas, o então presidente do conselho da bolsa, Arminio Fraga, disse em entrevista ao **Valor** que havia um cheiro de "Brasil velho" no ar.

Para o comando da Abrasca, não existe uma associação necessária entre ser contra o novo regulamento proposto e ser "retrógrado" ou contra o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro. "Colocar nesses termos é um equívoco. Dizer não, em alguns casos, pode significar apenas gerir bem a companhia", disse Eduardo Lucano, presidente-executivo da Abrasca, em entrevista ao **Valor**.

Entre as principais medidas propostas na reforma do Novo Mercado está a obrigação de a empresa ter comitê de auditoria estatutário, auditoria interna e funções de compliance, além da divulgação mandatória da remuneração máxima, média e mínima da diretoria e do conselho das empresas - exigência que existe na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) desde 2009, mas que vem sendo contestada na Justiça por algumas empresas.

Com votação em separado, a bolsa ainda propõe que as empresas avaliem se querem incluir no regulamento do Novo Mercado a obrigação de avaliação dos administradores, a divulgação de relatório de sustentabilidade (ou relato integrado), a obrigação para realização de oferta de aquisição de ações quando um investidor atinge 20% ou 30% do capital da companhia (a critério de cada uma) e a elevação de quórum de votação para saída do segmento de listagem diferenciado.

Até ontem, 12 companhias haviam se manifestado publicamente de alguma forma sobre o tema. Conforme levantamento do **Valor**, Engie, TIM, Totvs, Linx, Wiz e Copasa devem apoiar a reforma. Mahle, Grendene e Unicasa se posicionaram de forma contrária. A Iochpe-Maxion aprovará o texto base, mas rejeitará os itens votados em separado. MRV e Rossi indicaram que seus conselhos já apreciaram o tema, mas não foram claros sobre qual foi a orientação.

Em consulta sem representatividade estatística, com 28 respostas, a Abrasca notou que a obrigação de oferta ao se atingir 20% ou 30% do capital é a proposta com maior rejeição (68%). O nível de aprovação ao novo texto-base estaria perto do limite de dois terços (64%).

Em manifestação ontem durante evento organizado pela própria Abrasca e pelo Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (Ibri), o presidente da B3, Gilson Finkelsztain, reconheceu que a reforma do Novo Mercado pode sim gerar custo adicional às empresas listadas, mas afirmou que, no longo prazo, ela seria benéfica. "O custo de observância pode até parecer pesado no curto prazo. Mas, na maratona, certamente se mostrará vantajoso para as companhias."

No mesmo evento, a diretora de regulação de emissores da B3, Flavia Mouta, foi questionada sobre o que poderá acontecer se um segmento aprovar a reforma e outro não, já que as propostas para o Nível 2 e Novo Mercado são independentes. "Se em um dos segmentos houver aprovação e outro não, podemos sentar e avaliar se segue adiante com o que foi aprovado", disse. "Existe a possibilidade de não seguir adiante, mas essa avaliação será feita só no dia seguinte. No momento, estamos envidando todos os esforços para que ambas as votações tenham êxito", disse.

O presidente do conselho da Abrasca, Alfried Plöger, disse que a condução do processo pela bolsa merece elogios. "Fizeram o esforço dantesco e tiveram uma paciência de Jó", declarou, ao mencionar a disposição de executivos da empresa de adaptar a proposta original, mais ambiciosa, e de esclarecer o tema ao mercado.

Plöger entende, contudo, que cada empresa tem que avaliar se, no seu caso, as propostas trazidas dão retorno que compensam os custos. Ele admite que os investidores de mercado podem entender de modo diferente da empresa e penalizar o preço da ação. Mas prefere esse risco a se submeter a uma regra geral. **(Colaboraram Juliana Machado e Paula Selmi)**